



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 144, DE 2010
(nº 263/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUSA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bósnia-Herzegovina, cumulativamente à sua indicação para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária e à República da Macedônia.

Os méritos do Senhor Washington Luis Pereira de Sousa Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de maio de 2010.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande e fluida traçada inicial.

Brasília, 20 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUSA NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bósnia-Herzegovina, cumulativamente à sua indicação para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macêdonia, objeto da Exposição de Motivos n.º 188, de 29 de abril de 2010.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUSA NETO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUSA NETO

CPF.: 038.671.701-00

ID.: 3175 MRE

01/12/1943 Filho de Raphael Luis Pereira de Sousa e Veronica Pereira de Sousa, nasce em 1º de dezembro, em Araraquara/SP

25/03/1968 CPCD - IRBr

02/02/1970 Terceiro Secretário, em 2 de fevereiro

03/02/1970 Divisão de Organismos Internacionais e Assuntos Gerais, assistente

24/07/1971 Direito pela Universidade de Brasília/DF

28/07/1971 Departamento de Organismos Internacionais, assistente

27/05/1973 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

27/07/1973 Segundo Secretário, por merecimento, em 27 de julho

08/10/1975 Consulado-Geral em Paris, Cônsul-Adjunto

21/06/1977 Pós-Graduação, Diplôme d'Études Approfondies em História, Université de Paris III/FR

15/08/1979 Divisão de Imigração, assistente

12/12/1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro

15/02/1980 Divisão Jurídica, Chefe

27/10/1980 Ministério de Educação e Cultura, Fundação Rui Barbosa, Diretor-Executivo

15/05/1984 Secretaria-Geral, assessor

15/10/1984 Coordenadoria de Assuntos Econômicos e Comerciais da SG, Chefe

16/01/1985 Coordenadoria Especial de Imprensa, Coordenador, substituto

17/01/1985 Gabinete do Ministro de Estado, assessor

23/12/1985 Conselheiro, por merecimento, em 23 de dezembro

01/03/1986 Ordre National du Mérite, França, Oficial

01/05/1986 Missão junto à CEE, Bruxelas, Conselheiro

15/07/1987 XLVI Assembléia do Instituto Internacional do Algodão, Bruxelas, Chefe da Delegação

16/07/1987 XLVI Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, Bruxelas, Chefe da Delegação

15/05/1988 Reunião de Negociação do Acordo Brasil-CEE para produtos siderúrgicos, Bruxelas, Chefe da Delegação

15/08/1989 Embaixada em Bogotá, Conselheiro

29/06/1992 CAE - IRBr, Evolução e Perspectivas da Exportação de Produtos Siderúrgicos Brasileiros para a Comunidade Européia

30/06/1992 Secretaria de Imprensa, Coordenador Técnico

18/12/1992 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de dezembro

15/06/1994 Embaixada em Bruxelas, Ministro-Conselheiro

24/02/1998 Conferência de Apoio aos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, Bruxelas, Chefe da Delegação

15/06/1998 Embaixada em Estocolmo, Ministro-Conselheiro

20/09/1999 Ordre de Léopold, Bélgica, Grande Oficial

02/05/2001 Secretaria de Planejamento Diplomático, Secretário
28/12/2001 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 28 de dezembro
29/05/2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
17/07/2003 Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe, Diretor
31/07/2003 Cúpula de Observação da Terra, Washington, Chefe da Delegação
05/09/2004 Consulado-Geral em Montreal, Cônsul-Geral
03/07/2006 26ª Reunião do GT Aberto das Partes do Protocolo de Montreal, Montreal, Chefe da Delegação
07/07/2006 Reunião de peritos governamentais sobre o relatório suplementar do TEAP ao relatório IPCC-TEAP sobre mudança de clima e a camada de ozônio, Montreal, Chefe da Delegação
10/07/2006 49ª reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para implementação do Protocolo de Montreal, Montreal, Chefe da Delegação
17/09/2007 19ª Reunião das Partes (MOP) do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, Montreal, Chefe da Delegação

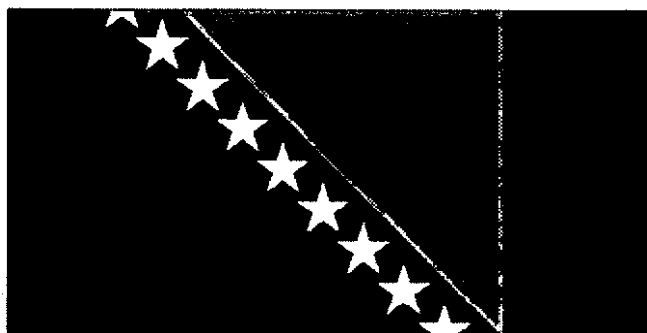

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA II



RELAÇÕES BRASIL-BÓSNIA E HERZEGOVINA



Abril de 2010

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Bósnia e Herzegovina
CAPITAL	Sarajevo
MAIORES CIDADES	Sarajevo, Banja Luka, Tuzla
ÁREA	51.129 km ²
POPULAÇÃO	4.613.414
IDIOMAS	bósnio, sérvio e croata (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	muçulmanos (40%), ortodoxos (31%), católicos romanos (15%), outros (14%)
SISTEMA POLÍTICO	República Federal Democrática
CHEFE DE ESTADO	Presidentes Nebojsa Radmanovic, Zeljko Komsic e Haris Silajdzic
CHEFE DE GOVERNO	Nikola Spiric
MNE	Sven Alkalaj
PIB real (2008)	USD 18,46 bilhões
PIB PPP (2008)	USD 30,38 bilhões
PIB “per capita” (2008)	USD 4.625
PIB “per capita” PPP (2008)	USD 7.610
EMBAIXADOR DA BÓSNIA E HERZEGOVINA NO BRASIL (CUMULATIVO COM EUA E MÉXICO)	Bisera Turkovic

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões fob) – Fonte: MDIC

BRASIL BÓSNIA HERZEGOVINA ⇒	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	6,6	5,8	5,6	14,3	14,6	27	6,4
Exportações	6,2	5,8	5,6	14,2	14,3	26,6	5,9
Importações	0,004	0,015	0,03	0,044	0,36	0,4	0,4
Saldo	6,6	5,8	5,6	14,3	13,9	26,2	5,4

Histórico

O Brasil reconheceu a independência da Bósnia e Herzegovina em 12 de junho de 1992, após a admissão do país na ONU. As relações bilaterais foram estabelecidas em 06 de dezembro de 1995. A Embaixada brasileira em Sófia responde pela representação brasileira na Bósnia.

No decorrer do conflito iugoslavo, o Brasil apoiou todas as resoluções adotadas na ONU em prol de uma solução pacífica para a crise, evitando favorecer qualquer das partes beligerantes. Além disso, o Brasil fez-se representar na Força de Proteção das Nações Unidas para a Iugoslávia – UNPROFOR, com expressivo contingente de 35 observadores militares e 10 monitores policiais entre agosto de 1992 e março de 1995.

Ainda são poucos os contatos entre autoridades dos dois países, circunscritos, principalmente, à esfera de atuação das respectivas missões permanentes junto às Nações Unidas.

Visita do Ministro de Negócios Estrangeiros Sven Alkalaj

No dia 22 de janeiro de 2009, o Chanceler bósnio, Sven Alkalaj, foi recebido em Brasília pelo Sr. Ministro de Estado, Chanceler Celso Amorim. Tratou-se da primeira visita de uma alta autoridade bósnia ao Brasil.

O Chanceler bósnio informou sobre a disposição de seu país de estimular o intercâmbio comercial, principalmente por meio da ampliação da pauta bilateral.

Durante o encontro, foi assinado Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. O Chanceler Alkalaj anunciou, ademais, a decisão de seu país de abolir, unilateralmente, a exigência de vistos também para portadores de passaportes comuns, no caso de permanência de até 90 dias, como forma, inclusive, de facilitar a peregrinação de cidadãos brasileiros à cidade de Mediugórie. Ao agradecer a

decisão, o Sr. Ministro de Estado explicou que o ordenamento jurídico brasileiro não permite reciprocidade a iniciativa do governo bósnio sem o amparo de um acordo bilateral, e recordou que a parte brasileira já apresentara proposta de acordo para a supressão de vistos para portadores de passaportes comuns.

Os dois Chanceleres acordaram intensificar a coordenação entre as delegações do Brasil e da Bósnia e Herzegovina no âmbito do Conselho de Direitos Humanos.

O Chanceler Alkalaj confirmou a intenção de seu governo de instalar futuramente uma Embaixada no Brasil, mas qualificou a iniciativa como projeto de médio prazo, tendo em vista restrições de ordem orçamentária. Ao sublinhar sua satisfação com a disposição de Sarajevo, o Ministro Celso Amorim destacou que o Brasil tem adotado a prática de reciprocidade, com a instalação de missão diplomática residente nos países que abrem Embaixada no Brasil. Como forma de dar início ao processo de maior aproximação, o Ministro Alkalaj expressou a disposição de promover a instalação, no curto prazo, de Consulado Honorário da Bósnia Herzegovina no Brasil.

III Fórum da Aliança de Civilizações

O Chanceler bósnio, Sven Alkalaj, aceitou convite para participar do III Fórum da Aliança de Civilizações, no Rio de Janeiro, em maio de 2010.

Comércio bilateral

Em 2009, o Brasil exportou US\$ 16,499 milhões para a Bósnia e Herzegovina e importou cerca de US\$ 1,6 milhão, totalizando um fluxo de comércio de US\$ 18,12 milhões – o que representou retração de 33% em relação a 2008.

Do total exportado pelo Brasil à Bósnia e Herzegovina, em dólares, 18% corresponderam a produtos industrializados e 82%, a produtos básicos.

Do lado das importações, os principais grupos de produtos foram: aparelhos de depilar, com motor elétrico (48,73%), calçados para outros esportes, de borracha ou plástico (22,54%) e outras formas brutas de chumbo refinado (10,23%).

Investimentos

Até abril de 2009 (últimos dados divulgados pelo Banco Central do Brasil), não houve registros de investimentos diretos bilaterais.

Acordos

Não há nenhum Acordo bilateral em vigor entre os dois países.

Durante a visita do Chanceler Sven Alkalaj, em janeiro de 2009, as partes assinaram Acordo Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. A parte brasileira já cumpriu os requisitos para entrada em vigor do Acordo, mas ainda aguarda a notificação da parte bósnia. Cabe ressaltar que a Bósnia aboliu unilateralmente a exigência de vistos para brasileiros em 2008. A parte brasileira apresentou ainda, em junho de 2008, projeto de Acordo para Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns, não tendo até hoje recebido resposta bósnia.

O governo da Bósnia e Herzegovina apresentou projeto de Acordo sobre Transporte Aéreo em fevereiro de 2008. O projeto de acordo foi encaminhado à ANAC para análise da viabilidade comercial.

POLÍTICA INTERNA

A Bósnia e Herzegovina é uma república federativa democrática, ainda em processo de organização e fortalecimento de suas instituições. Está dividida administrativamente em duas regiões: a Federação da Bósnia e Herzegovina (bósnio-croatas), e a República Srpska (RS – República Sérvia da Bósnia). A Presidência da República é composta por uma tríade, um sérvio, um croata e um bósnio, eleitos por voto popular para até dois mandatos consecutivos, de quatro anos cada, que assumem a chefia do país rotativamente, cada um por período de oito meses. O atual “Chairman” da Presidência da República é o croata Zeljko Komsic.. Os demais membros-

presidentes são Haris Silajdzic (bósnio) e Nebojsa Radmanovic (sérvio). O Chefe de Governo, por sua vez, é o Primeiro-Ministro Nikola Spiric (sérvio).

O Poder Legislativo é exercido por uma assembléia parlamentar bicameral, com 42 assentos na “Casa dos Representantes” (“House of Representatives”) e 15 na “Casa dos Povos” (“House of Peoples”), todos eleitos por voto popular para mandatos de quatro anos. A atual Constituição tem sua origem no próprio Acordo de Dayton de 1995, assinado em Paris.

A Herzegovina é uma região histórica e geográfica dos Bálcãs ocidentais que junto com a Bósnia constitui a Federação da Bósnia e Herzegovina. A Herzegovina fica no sudeste do país Bósnia e Herzegovina, nos Alpes Dináricos, junto à fronteira com o Montenegro. A área da Herzegovina é de algo entre 9.948 km² e 10.190 km², segundo diferentes fontes.

A Herzegovina nunca obteve autonomia, permanecendo sempre como região da Bósnia ou do estado que a subjugasse. No entanto, devido a acordos políticos do século XIX, decidiu-se que a região da Herzegovina deveria sempre ser mencionada no nome da Bósnia, o que deu origem ao nome “Bósnia e Herzegovina”. No censo de 1991, a população da Herzegovina foi quantificada em 437.095 habitantes. A composição étnica da população era a seguinte: 206.457 eram croatas (47,2%), 112.948 bósnios (25,8%), 93.047 sérvios (21,3%), 18.494 iugoslavos (4,2%) e 6.149 foram registrados como ‘outros’ (1,4%).

À declaração de soberania por parte da Bósnia e Herzegovina, em outubro de 1991, seguiu-se a declaração de independência da ex-Iugoslávia em 3 de março de 1992, após referendo popular boicotado sem sucesso pelos sérvios da Bósnia. Estes – apoiados pela vizinha Sérvia – responderam por meio da resistência armada a fim de dividir a república por linhas étnicas e juntar-se a áreas controladas por Belgrado com o intuito de formar uma “Grande Sérvia”.

Em março de 1994, bósnios e croatas reduziram o número de facções em luta de três para duas ao assinar um acordo de coalizão para formação da chamada Federação da Bósnia e Herzegovina.

Em 21 de novembro de 1995, em Dayton, no estado norte-americano de Ohio, as partes em conflito iniciaram um processo de paz que trouxe fim a três

anos de guerra civil inter-étnica (o acordo final foi assinado em Paris em 14 de dezembro de 1995).

Os Acordos de Paz de Dayton mantiveram as fronteiras internacionais da Bósnia e Herzegovina e criaram um Governo nacional conjunto, multi-étnico e de orientação democrática, incumbido de conduzir a política externa, a diplomacia e a política fiscal do país. Também foi reconhecida outra instância de Governo, composta e operada pelas duas entidades federativas, a Federação da Bósnia e Herzegovina (composta majoritariamente por bósnios e croatas) e a República Srpska - ou República Sérvia da Bósnia -, liderada e composta sobretudo por sérvios.

O Escritório do Alto Representante internacional (OHR) da OTAN foi estabelecido para supervisionar a implementação dos aspectos civis dos acordos de Dayton. A chefia é atualmente ocupada pelo austríaco Valentin Inzko. Entre 1995 e 1996, uma força de manutenção da paz liderada pela OTAN, a IFOR, constituída de 60.000 soldados, foi instalada na Bósnia para implementar e monitorar os aspectos militares dos acordos.

A IFOR foi sucedida pela SFOR (força de estabilização), também da OTAN, cuja missão era impedir novas hostilidades. Tropas de manutenção da paz da União Européia (UE), a chamada EUFOR, substituíram a SFOR em dezembro de 2004. A missão da EUFOR deixou de ser de manutenção da paz para adquirir caráter de missão policial, em outubro de 2007, com o contingente reduzido de aproximadamente 7.000 para pouco mais de 2.000 efetivos.

O atual governo tripartite foi eleito no pleito presidencial de 2006. O bósnio Haris Silajdzic, do Partido para a Bósnia e Herzegovina, e o sérvio Nebojsa Radmanovic, do Partido dos Sociais Democratas Independentes já cumpriram os dois períodos de 8 meses a que têm direito como Chefe da Presidência tripartite. O atual incumbente, o croata Zeljko Komsic ocupa a Chefia da Presidência pela segunda vez. As próximas eleições presidenciais estão previstas para outubro de 2010.

O Chefe de Governo Nikola Spiric, de origem étnica sérvia, foi eleito Presidente do Conselho de Ministros do país, equivalente ao cargo de Primeiro-Ministro, em 4 de janeiro de 2007, como resultado das eleições parlamentares de outubro de 2006. Em 1º de novembro de 2007, insatisfeito com a pressão do então enviado especial da UE, Miroslav Lajcak (atual

Chanceler da Eslováquia), em prol de reformas políticas, Spiric renunciou e dissolveu o Parlamento. Contornada a crise – para alguns a mais grave enfrentada pelo país desde o fim da guerra –, Spiric foi renomeado para o cargo em 10 de dezembro de 2007, confirmado pela Presidência no dia 27 do mesmo mês e pelo Parlamento no dia seguinte. O líder sérvio, Milorad Dodik, afirmou que se a reforma constitucional for imposta como condição à entrada de seu país no concerto europeu, isso significaria que os europeus não querem a Bósnia e Herzegovina na União Européia. Dodik ainda acusou os muçulmanos da Bósnia de tentar mudar a Constituição de modo a dar mais poder às autoridades centrais. Advertiu que quaisquer planos de transferência das autoridades da República Srpska ao Governo central estariam fadados ao fracasso.

Em 8 de novembro de 2008, os partidos de representação dos sérvios, croatas e muçulmanos da Bósnia e Herzegovina chegaram finalmente a acordo sobre as reformas internas do país, após ter a UE expressado preocupação pelo recrudescimento do nacionalismo na Bósnia, o que poderia afetar sua estabilidade e perturbar as pretensões do país balcânico de acesso à União Européia. Os líderes dos três partidos reuniram-se para discutir a continuação das reformas requeridas pela UE, especialmente no que se refere à Constituição. Decidiram realizar censo até 2011, um dos pedidos da UE. Entretanto, a oposição dos principais partidos bósnio e croata ao acordo dificulta a aprovação de emendas constitucionais – que exigem maioria de dois terços – dentro da atual configuração do Parlamento.

Conforme tem sido repetidamente afirmado pelo Alto Representante da UE para a Bósnia e Herzegovina, Miroslav Lajcak, a acesso da Bósnia à União Européia não será possível sem a reforma da Constituição que fortaleça as instituições centrais do país. Para Lajcak, embora o Acordo de Dayton tenha tido sua importância no sentido de encerrar os conflitos civis na Bósnia em 1995, a repartição política do país resultante do acordo é um obstáculo às pretensões comunitárias de Sarajevo. Em que pesem os obstáculos à governança eficaz do país, foi assinado Acordo de Estabilização e Associação com a UE, em junho de 2008.

Cronologia histórica

1908 – Áustria-Hungria anexa a Bósnia e Herzegovina

1914 – Estudante bósnio-sérvio Gavrilo Princip assassina duque da Áustria, episódio que precipita a I Guerra Mundial

1918 – O colapso da Áustria-Hungria põe fim à guerra. A Bósnia e Herzegovina se torna parte do Reino dos sérvios, croatas e eslovenos

1945 – A Bósnia e Herzegovina é liberada após campanha partidária de Tito. Torna-se então uma República socialista no seio da Federação Iugoslava

1991 – Após queda do comunismo, nacionalistas vencem primeira eleição multipartidária e formam governo de coalizão, ainda que com diferentes metas

1992 – Croatas e muçulmanos nacionalistas formam aliança tática e vencem em número de votos os sérvios no referendo da independência. Eclode uma guerra com os sérvios, que passam a controlar parte significativa da República. Os bósnio-sérvios cercam a cidade de Sarajevo.

1993 – Eclode conflito entre muçulmanos e croatas. Com os sérvios, os muçulmanos formam aliança contra os croatas em Herzegovina. Forças muçulmanas rivais lutam umas contra as outras no noroeste da Bósnia, e croatas e sérvios lutam contra muçulmanos na Bósnia central.

1995 – Os Acordos de Paz de Dayton são assinados em Paris, criando duas entidades: uma para os muçulmanos bósnios e croatas e outra para os sérvios. É implantada força de paz internacional.

1997 - Conferência internacional em Bonn amplia poderes da Alta Representação

2001 – A Corte Internacional de Justiça de Haia condena o general bósnio-sérvio Radislav Krstic por genocídio em Srebrenica

2002 – Nacionalistas reconquistam o poder nas eleições presidenciais, parlamentares e locais

2002 – Ex-Presidente da bósnia-sérvia, Biljana Plavsic, é condenada a 11 anos de prisão pela Corte Internacional de Justiça da Haia

2003 – Parlamento aprova novo governo sob a liderança de Adnan Terzic

2003 - Alto Representante da União Européia anula Conselho Superior de Defesa da República bósnio-sérvia e modifica constituições dos muçulmanos bósnios e croatas

2005 –Parlamentares voltam a estabelecer força policial unificada

2006 - Tribunal Internacional de Justiça inicia audiências sobre o genocídio que envolve a Bósnia-Herzegovina e a Sérvia e Montenegro.

2006 – Eleições gerais refletem divisões étnicas. A entidade sérvia vota para manter a separação da entidade muçulmano-croata e, às vésperas da votação, dirigentes bósnio-sérvios ameaçam completar secessão, caso movimentos reivindiquem fim de autonomia da entidade sérvia.

2006 – Bósnia se alia à OTAN para a pré-adesão ao Programa de Paz, após organização reverter decisão de excluir o país do Programa devido ao fracasso na captura de Radovan Karadzic.

2007 – O bósnio-sérvio Nikola Spiric é convidado a formar governo após líderes partidários chegarem a acordo de coalizão.

2007 – É preso Zdravko Tolimir, procurado pelas Nações Unidas por ser um dos principais responsáveis pelo massacre (genocídio) de Srebrenica

2007 - Miroslav Lajcak, diplomata eslovaco, toma posse como Alto Representante da OTAN no país.

2007 - Nikola Spiric renuncia ao cargo de Primeiro-ministro em protesto contra reformas da EU que o Alto Representante pretendia introduzir. Retorna ao cargo semanas depois.

2008 - Ex-chefe bósnio-sérvio da polícia, Stojan Zupljanin, é preso e transferido para a Haia para julgamento por crimes de guerra

2008 - Comemorações nas ruas de Sarajevo com a notícia que o ex-líder bósnio-sérvio Radovan Karadzic, acusado de crimes de guerra, foi detido em Belgrado após quase 13 anos de fuga

2008 – Nacionalistas têm bom desempenho nas eleições locais, deixando a política local firmemente dividida em linhas étnicas.

ECONOMIA

Economia, comércio e investimentos

A Bósnia e Herzegovina é a mais pobre das repúblicas que fizeram parte da Iugoslávia. O setor privado cresce, assim como o investimento externo, lentamente, mas os gastos governamentais permanecem muito altos, correspondendo a 40% do PIB do país. A guerra civil (1992-1995) provocou queda na produção (80%) e aumento do desemprego.

Após o estabelecimento de uma precária paz, o PIB cresceu fortemente entre 1996 e 1999, mas a partir de uma base extremamente baixa. Esse crescimento, no entanto, diminuiu de ritmo entre 2000 e 2002. Voltou a recuperar-se no período de 2003 a 2007, quando o PIB cresceu a taxas superiores a 5% ao ano. A informalidade e o mercado negro comprometem o êxito das políticas econômicas preconizadas pelos organismos internacionais de ajuda ao desenvolvimento.

A moeda do país, o marco conversível, foi instaurada em 1998 e atrelada ao euro, o que fez com que a confiança na mesma e no setor bancário crescesse. A privatização tem avançado mais na República Srpska do que na Federação. Ainda assim, esse processo tem-se desenvolvido de forma lenta. A

partir de 2001 foi acelerada a reforma bancária do país, com o fechamento dos escritórios de pagamento da era comunista e o controle do setor tendo sido assumido por bancos estrangeiros, especialmente da Europa ocidental.

Desde 1º de janeiro de 2006, estabeleceu-se uma nova política de VAT ("value added tax") como fonte confiável e previsível de recursos para o governo.

Em setembro de 2007, a Bósnia e Herzegovina tornou-se membro pleno do Acordo de Livre Comércio da Europa Central (CEFTA).

O país é importador de quase todo alimento que consome, pois embora a agricultura esteja praticamente toda em mãos de particulares, as fazendas são pequenas e ineficientes. Os principais produtos agrícolas produzidos são frutas, vegetais, trigo e milho, além de alguma pecuária. A indústria destaca-se pela produção de produtos químicos, têxteis e máquinas. O principal produto de exportação é o alumínio, cujos preços apresentaram pronunciada queda em meses recentes.

Com a crise financeira internacional, o país viu-se forçado a negociar empréstimo de 1,2 bilhão de euros junto ao FMI. Estima-se uma contração de 1,5% do PIB em 2009. A mais recente revisão da Transparency International de seu índice de corrupção - Corruption Perception Index - aponta a Bósnia e Herzegovina com o país mais corrupto da ex-Iugoslávia e, entre os europeus em geral, na frente apenas de Belarus, Rússia e Ucrânia. Relatório do Banco Mundial recentemente publicado, intitulado "Doing Business in 2010: Reforming Through Difficult Times," coloca a Bósnia e Herzegovina como o país mais atrasado dos Bálcãs ocidentais na modernização de seu ambiente de negócios. Estimativas não oficiais apontam para nível de desemprego da ordem de 40% da população economicamente ativa, o que deve se agravar em razão da crescente instabilidade do cenário político interno e dos efeitos da crise financeira internacional, cujo impacto na região começou a ser sentido com algum atraso em relação às economias mais desenvolvidas

POLÍTICA EXTERNA

As prioridades da política externa da Bósnia e Herzegovina são a preservação da independência, soberania e integridade territorial do país, a implementação integral do Acordo Geral de Paz, a integração à UE, a

participação em órgãos multilaterais (OTAN) e a promoção comercial do país, com a adesão à OMC.

Desde os Acordos de Dayton, de 1995, a Bósnia e Herzegovina empreende esforços para consolidar seu Estado multiétnico ao mesmo tempo em que procura adequar-se às exigências para adesão à União Europeia e à OTAN.

Conforme exposto anteriormente, a UE mantém no país a EUFOR Althea, missão militar destinada a supervisionar a implementação dos Acordos de Dayton. A força conta com pouco mais de 2 mil homens, a maioria de países da UE, mas também com a presença de militares do Chile e Turquia. No dia 12/01/2009, o CSNU renovou o mandato da EUFOR na Bósnia e Herzegovina. O relatório do Representante Especial criticou, no entanto, a atuação dos líderes políticos locais, que manteriam retórica nacionalista prejudicial à consolidação do Estado federal.

A implementação dos Acordos de Dayton resultou dos esforços da Bósnia e Herzegovina, assim como da comunidade internacional, pela estabilização regional da ex-Iugoslávia. Entretanto, têm diminuído o fluxo de recursos estrangeiros e ajuda financeira para o país, devido a prioridades assistenciais concorrentes em outras partes da região (Kosovo) e do mundo.

O papel dos Estados Unidos na formatação dos Acordos de Dayton e na sua implementação tem sido crucial. Desde a assinatura dos acordos, mais de US\$14 bilhões em ajuda estrangeira entraram na Bósnia e Herzegovina, dos quais aproximadamente US\$ 940 milhões provenientes dos fundos de Suporte às Democracias do Leste Europeu (*Support for East European Democracy - SEED - Funds*).

O apoio de Washington tem sido fundamental para o crescimento e revitalização da economia do país. Além dos fundos da SEED, os programas da USAID têm sido importantes para a retomada do desenvolvimento em áreas como: reforma e reestruturação de políticas econômicas; desenvolvimento do setor privado; reconstrução de infraestrutura; democratização da mídia, do processo político e do sistema eleitoral; formulação do código legal e aprimoramento do estado de Direito; treinamento e formação de mulheres e diplomatas.

A Bósnia e Herzegovina é membro das Nações Unidas (1992); do FMI (1992), do Banco Mundial (1995), da Organização para Segurança e Cooperação na Europa - OSCE - (1992); e do Conselho Europeu (2002). Ainda coopera regionalmente por meio do Pacto de Estabilidade da Iniciativa Centro-Européia (CEI), da Iniciativa de Cooperação do Sudeste da Europa (SECI), do Processo de Cooperação do Sudeste da Europa (SEECp), da Iniciativa Adriático-Egéia (AII), entre outros.

Integração à União Européia

A Bósnia e Herzegovina assinou Acordo de Estabilização e Associação (SAA) com a UE, em junho de 2008, mas ainda não tem *status* de candidata oficial.

A adesão da Bósnia e Herzegovina à União Européia depende da sua capacidade em levar adiante as reformas exigidas por Bruxelas, em especial a reforma da Constituição e a realização de censo demográfico que inclua questões sobre etnicidade, religião e idioma.

Relações com os EUA

Os EUA tiveram papel fundamental na promoção dos Acordos de Dayton. Após liderar os esforços diplomáticos e militares que culminaram na assinatura dos referidos acordos, os EUA passaram a supervisionar sua implementação mantendo o comando do quartel-general da OTAN em Sarajevo.

Os EUA também colocaram-se, por meio da USAID, como principais doadores para reconstrução, assistência humanitária, desenvolvimento econômico e militar da Bósnia e Herzegovina. Ademais, diversas ONGs norte-americanas têm participado ativamente do processo de reconstrução desse país balcânico.

Questão de Kosovo

A Bósnia e Herzegovina não reconhece a independência do Kosovo. Após a declaração unilateral de independência, alguns políticos radicais sérvios manifestaram-se a favor da autodeterminação da entidade sérvia da

Bósnia, a República Srpska. Assim, o tema é delicado por remeter à fragilidade da integridade territorial do país.

OMC

A Bósnia e Herzegovina iniciou seu processo de acesso à OMC em 1999, quando se estabeleceu o Grupo de Trabalho encarregado de avaliar o pleito do país. O GT reuniu-se em 5 ocasiões, a última em julho de 2008. As negociações para acesso aceleraram-se a partir de 2007, em função da maior prioridade atribuída à questão pelo governo bósnio. O processo de acesso encontra-se, hoje, em estágio avançado, havendo expectativas de que as negociações sejam concluídas com brevidade (as negociações multilaterais estariam na etapa final; a conclusão do processo dependerá da finalização das negociações bilaterais).

O Brasil e a Bósnia e Herzegovina iniciaram negociações bilaterais em bens em agosto de 2008. O Brasil não solicitou negociação bilateral em serviços. A primeira reunião bilateral ocorreu em outubro de 2008, quando o Brasil apresentou lista inicial de pedidos em bens à parte bósnia. O Brasil recebeu, no dia 28 de janeiro último, a quinta oferta bilateral da Bósnia e Herzegovina. A 7ª reunião do Grupo de Trabalho sobre a Acesso da Bósnia ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2010, e reunião bilateral com o Brasil realiza-se no dia 18 de fevereiro.

ATOS INTERNACIONAIS RECENTES EM VIGOR

Não há nenhum Acordo bilateral em vigor entre os dois países

Aviso nº 324 - C. Civil.

Em 24 de maio de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUSA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bósnia-Herzegovina, cumulativamente à sua indicação para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, bem como na República da Macedônia.

Atenciosamente,



ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 27/05/2010.